

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora do local de provas, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

INSS – 10º SIMULADO TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Ética

Kátia Lima

Julgue os itens a seguir, sobre ética geral, ética no serviço público, ética e função pública, tendo como base os Decretos n. 1171/94 e n. 6.029/2007.

- 1 Pode-se corretamente afirmar que a ética é o conjunto de princípios e valores que usamos para decidir a nossa conduta social.
- 2 Se o servidor do INSS recusa dar publicidade a ato administrativo sigiloso, então ele comete desvio ético passível de punição.
- 3 As Comissões de Ética poderão requisitar os documentos que entenderem necessários à instrução probatória e, também, promover diligências e solicitar parecer de especialista.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

Julgue os itens:

- 4 É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- 5 É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- 6 É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- 7 Ar prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- 8 Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- 9 Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- 10 As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Direito Administrativo

Rodrigo Cardoso

Julgue os itens a seguir, considerando os aspectos do direito administrativo.

- 11 **Situação hipotética:** o INSS constatou que servidor ocupante de cargo de Técnico do Seguro Social está acumulando seu respectivo cargo com outro cargo eletivo de Deputado Federal. Foi instaurado processo administrativo para avaliar a acumulação dos cargos. Com o término do processo, a comissão alegou que a acumulação é inconstitucional. **Assertiva:** O relatório da comissão está de acordo com a Constituição de 1988.
- 12 Dano ao particular derivado de conduta lícita do Estado não poderá gerar obrigação de indenizar.
- 13 Com fundamento no poder regulamentar o Presidente da República pode criar cargos públicos desde que após o ato seja confirmado pelo Poder Legislativo.
- 14 O princípio da segurança jurídica informa que a interpretação da norma administrativa deve ocorrer da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.
- 15 A imperatividade, segundo a qual o ato administrativo se impõe e cria obrigações para determinada pessoa, não está presente nos atos enunciativos e negociais.
- 16 A desconcentração administrativa representa a divisão interna de uma pessoa jurídica. Nessa relação, há subordinação entre a pessoa jurídica e o órgão instituído.
- 17 É possível o poder de polícia ser representado por ato normativo e concreto. A fiscalização realizada por agentes da ANVISA representa atividade concreta ou material do poder de polícia.

Gramática/Texto

Vânia Araújo

- 1 Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se nos tipos do aventureiro e do trabalhador. Já nas sociedades rudimentares manifestam-se eles, segundo sua predominância, na distinção fundamental entre os povos caçadores ou coletores e os povos lavradores.
Para uns, o objeto final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários.
- 10 Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore. Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esses obstáculos em trampolim. Vivos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes.
- 15 O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento,

pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo. Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo.

Por outro lado, as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material, passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador.

Sérgio Buarque de Holanda. Trabalho & Aventura. In: Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. (com adaptações)

Acerca da tipologia e das ideias veiculadas no texto precedente, julgue os itens seguintes.

- 18 Das ideias do 1º parágrafo, é possível extrair a seguinte correlação: o tipo aventureiro está para os povos caçadores ou coletores, assim como o tipo trabalhador está para os povos lavradores.
- 19 De acordo com as informações do texto os tipos aventureiro e trabalhador existem apenas em sociedades rudimentares.
- 20 O 2º parágrafo apresenta uma descrição dos objetivos dos povos caçadores ou coletores.
- 21 Na linha 20, o trecho “A parte maior do que o todo.” apresenta o desdobramento da ideia da oração anterior “Seu campo visual é naturalmente restrito.”
- 22 Das informações do terceiro parágrafo, é possível inferir que o tipo trabalhador esforça-se com lentidão e constância.
- 23 No texto, de tipologia predominante narrativa, o autor relata o modo de vida de duas categorias distintas de homens: o trabalhador e o aventureiro.
- 24 O texto estrutura-se, organicamente, pela técnica do contraste.
- 25 As ideias do texto autorizam a inferência de que os indivíduos do tipo trabalhador e do tipo aventureiro existem em estado puro na sociedade.
- 26 É possível concluir da leitura do texto que o tipo aventureiro e o tipo trabalhador opõem-se radicalmente.

Em relação aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue os itens subsecutivos.

- 27 Mantêm-se as relações de sentido dos trechos em que se inserem a substituição do termo “princípios” (L.3) por **começos**, e do termo “erija” (L.12) por **erga**, respectivamente.

- 28 No trecho “No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, **onde** quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esses obstáculos em trampolim.” (L.11-13), a substituição do pronome destacado por “aonde” não prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 29 Com a expressão “sabe transformar esses obstáculos em trampolim” (L.13), o autor do texto afirma que o tipo aventureiro consegue reverter as situações adversas em oportunidades de êxito.
- 30 O elemento “como”, na linha 21, por se tratar de uma conjunção causal, poderia ser substituído por “porque” sem alteração da correção gramatical e das relações de sentido do texto.
- 31 O elemento “desse” (L.27) remete, por mecanismo de coesão textual, à expressão “tipo trabalhador” (L.22).
- 32 Dada a regência do verbo “visam” (L.30), é necessário substituir o artigo masculino plural antes do vocábulo “esforços” (L.30) por **aos**.

Redação Oficial

Lucas Lemos

Com base na 3ª edição do Manual de Redação da Presidência República (2018), julgue os itens a seguir.

- 33 Em relação à conceituação, à finalidade e aos aspectos estruturais e linguísticos das correspondências oficiais, é essencial na redação de expedientes oficiais seguir as orientações do padrão culto da língua portuguesa.
- 34 Emprega-se o fecho *Atenciosamente* em comunicações oficiais dirigidas a autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior à do remetente.
- 35 A mensagem é o expediente oficial de que se serve o presidente da República para comunicar-se com os ministros de Estado.
- 36 Para a indicação de autoridades ou o encaminhamento de medida provisória, o expediente utilizado deve ser a mensagem.
- 37 A exposição de motivos denominada interministerial é aquela que se dirige a mais de um ministro.

Raciocínio Lógico

Marcelo Leite

Considere as proposições lógicas P e Q, a seguir, a respeito de um beneficiário ao Auxílio-Doença.

P: Se o beneficiário tiver direito a receber o benefício do INSS e possui a carência mínima para a concessão do benefício, então o benefício será concedido.

Q: O beneficiário não tem direito a receber o benefício do INSS, mas possui a carência mínima para a concessão do benefício.

Tendo como referência essas proposições, julgue os itens a seguir:

- 38 A negação da proposição Q é equivalente a “O beneficiário tem direito a receber o benefício do INSS, porém não possui a carência mínima para a concessão do benefício”
- 39 A proposição P é equivalente a “Se o beneficiário não tiver direito a receber o benefício do INSS ou não possui a carência mínima para a concessão do benefício, então o benefício não será concedido”.
- 40 Caso as proposições P e Q sejam ambas verdadeiras, então a proposição “O benefício será concedido” pode ser verdadeira ou falsa.
- 41 A negação do antecedente da proposição P é equivalente a “O beneficiário não tem direito a receber o benefício do INSS ou não possui a carência mínima para a concessão do benefício”.
- 42 O total de linhas na tabela verdade da proposição P é igual a 8.

Informática

Fabrizio Melo

Sobre conhecimentos relacionados ao Windows 7 e 10, configuração padrão, idioma português (Brasil), julgue o item abaixo:

- 43 Tanto no Windows 7 como no Windows 10, é possível acessar o gerenciador de arquivos através da combinação de teclas WINDOWS+E.

Sobre conceitos de Internet, Intranet e ferramentas de navegação e correio eletrônico, julgue o próximo item

- 44 Através de uma Intranet é possível o acesso a serviços presentes na Internet através de um navegador, como o Internet Explorer, por exemplo.

Sobre conhecimentos relacionados à Segurança da Informação, julgue o próximo item.

- 45 **Situação hipotética:** Fernando, servidor do INSS, percebeu que após uma atualização na página de pesquisa do INSS o sistema passou a exibir um recurso de segurança conhecido como Captcha, que exigia o reconhecimento de figuras aleatórias no momento que ele efetuava as suas pesquisas na página. **Assertiva:** É correto concluir que a implementação do captcha pode amenizar ataques de DDOS aos servidores da página do órgão.

Sobre conhecimentos relacionados ao Libre Office 7.X, idioma português (Brasil), configuração padrão, julgue os próximos itens.

- 46 No Libre Office Writer é possível a exportação de um documento para o formato PDF e a sua abertura por meio do Libre Office Impress.
- 47 No Libre Office Calc, através de funcionalidades do botão Σ é possível calcular a média aritmética de células selecionadas.

Regimento Jurídico Único

Rodrigo Cardoso

Julgue os itens a seguir, com fundamento na Lei n. 8.112/1990

- 48 **Situação hipotética:** determinado servidor público está respondendo a processo administrativo por ter, supostamente, se apropriado de dinheiro público. **Assertiva:** o servidor não poderá ser processado civil e penalmente antes da conclusão do processo administrativo.
- 49 O servidor que, a serviço, se afastar de sua sede em caráter eventual ou transitório faz jus a passagem e diária, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana. Caso o servidor receba diárias e não se afaste de sua sede por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las parcialmente, descontando o gasto com o deslocamento para o órgão ordenador de despesas.
- 50 Considere que Amadeu, Técnico do Seguro Social, esteja em débito com erário por prejuízo causado no exercício de suas funções. **Assertiva:** Amadeu poderá solicitar o parcelamento do débito, sendo que cada parcela não poderá ser inferior a dez por cento de sua remuneração.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Seguridade Social (Direito Previdenciário)

Carlos Machado

Luzia é segurada da previdência social na categoria empregada e é beneficiária de auxílio-acidente. No ano de 2015, ao atingir a idade mínima para a aposentadoria, ela requereu o benefício ao INSS e, em razão do indeferimento, ajuizou, nesse mesmo ano, ação previdenciária. Na instrução processual, ficou comprovado que alguns períodos de contribuição constantes no sistema do INSS eram falsos, tendo sido dolosamente inseridos no sistema, de forma indevida, para que Luzia obtivesse a vantagem de majoração do tempo de contribuição.

Tendo como referência essa **situação hipotética**, julgue o item a seguir.

- 51** O limite de prazo para que Luzia ajuizasse a ação contra o indeferimento administrativo era, de fato, o ano de 2015, já que, por exemplo, se ela tivesse postergado para o ano de 2021, haveria decadência do direito.

Luzia é segurada da previdência social na categoria empregada e é beneficiária de auxílio-acidente. No ano de 2015, ao atingir a idade mínima para a aposentadoria, ela requereu o benefício ao INSS e, em razão do indeferimento, ajuizou, nesse mesmo ano, ação previdenciária. Na instrução processual, ficou comprovado que alguns períodos de contribuição constantes no sistema do INSS eram falsos, tendo sido dolosamente inseridos no sistema, de forma indevida, para que Luzia obtivesse a vantagem de majoração do tempo de contribuição.

Tendo como referência essa **situação hipotética**, julgue o item a seguir.

- 52** Se for comprovado o ilícito criminal, Luzia poderá responder pela prática do crime de apropriação indébita previdenciária.

Luzia é segurada da previdência social na categoria empregada e é beneficiária de auxílio-acidente. No ano de 2015, ao atingir a idade mínima para a aposentadoria, ela requereu o benefício ao INSS e, em razão do indeferimento, ajuizou, nesse mesmo ano, ação previdenciária. Na instrução processual, ficou comprovado que alguns períodos de contribuição constantes no sistema do INSS eram falsos, tendo sido dolosamente inseridos no sistema, de forma indevida, para que Luzia obtivesse a vantagem de majoração do tempo de contribuição.

Tendo como referência essa **situação hipotética**, julgue o item a seguir.

- 53** Caso a aposentadoria de Luzia seja futuramente deferida, será possível a acumulação desse benefício com o auxílio-acidente.

Considerando que determinado servidor público, ocupante de cargo em comissão, esteja preparando-se para o concurso de delegado da Polícia Federal, julgue o item a seguir.

- 54** Caso venha a ser aprovado no concurso almejado, esse servidor poderá requerer a contagem recíproca do tempo de contribuição.

No que se refere ao financiamento da seguridade social, julgue o item subsequente.

- 55** Para a execução do orçamento da seguridade social, o tesouro nacional deve repassar mensalmente os recursos referentes às contribuições sociais incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

No que se refere ao financiamento da seguridade social, julgue o item subsequente.

- 56** As contribuições sociais do empregador compõem o financiamento da seguridade social e são incidentes sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro.

- 57** De acordo com o Decreto n. 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social), em seu artigo 71, “o auxílio por incapacidade temporária será devido ao segurado que, uma vez cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, conforme definido em avaliação médico-pericial”. Com isso, será devido auxílio-doença, independentemente de carência, aos segurados obrigatório e facultativo, quando sofrerem acidente de qualquer natureza e não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador de doença ou lesão invocada como causa para a concessão do benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Acerca de prestações previdenciárias e de princípios da seguridade social e de seu custeio, julgue o item que se segue.

- 58** A base de contribuição para o regime próprio do servidor optante pelo regime de previdência complementar é a soma do vencimento do cargo, das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual e de quaisquer outras vantagens remuneratórias, excetuadas as excluídas expressamente por lei.

Acerca de prestações previdenciárias e de princípios da seguridade social e de seu custeio, julgue o item que se segue.

- 59** De acordo com a Constituição Federal de 1988, é vedada a instituição de benefício previdenciário em regimes próprios de previdência social diverso da aposentadoria e da pensão.

Acerca de prestações previdenciárias e de princípios da seguridade social e de seu custeio, julgue o item que se segue.

- 60** A previsão constitucional do financiamento pelo Estado e pela sociedade — por meio das contribuições para a previdência social — atende ao princípio da diversidade na base do financiamento previdenciário.

Considerando as competências da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios concernentes ao regime próprio de previdência de seus servidores, julgue.

- 61** A lei municipal que instituir o regime próprio de previdência dos servidores poderá estabelecer em favor deles benefícios diversos daqueles definidos para o regime geral de previdência social, desde que tenham previsão constitucional.

Acerca do enquadramento legal como segurados e dependentes, julgue o item que se segue.

- 62** Considera-se regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar, devendo ser exercido em condições de mútua dependência e colaboração e sem o auxílio de empregados permanentes.

Acerca do enquadramento legal como segurados e dependentes, julgue o item que se segue.

- 63** O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa são enquadrados como contribuinte individual.

Acerca da prescrição e da decadência em direito da seguridade social, julgue o item a seguir.

- 64** É de cinco anos o prazo de decadência do direito ou da ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão, indeferimento, cancelamento ou cessação de benefício e do ato de deferimento, indeferimento ou não concessão de revisão de benefício.

Segundo prevê a Lei n. 8.213/1991, que regulamenta os planos de benefícios da previdência social, analise as frases abaixo e julgue.

- 65** João, cadeirante, foi contratado aos 14 anos como aprendiz na empresa B. Hoje, João conta com quinze anos e meio. Como a idade mínima para o trabalho é 16 anos, então pode-se afirmar que o contrato é nulo e que o período laborado não contará para efeito de contribuição previdenciária, pois, ainda que o contrato fosse válido, o aprendiz é um contribuinte facultativo do regime geral.

A respeito da seguridade social, da contagem recíproca do tempo de serviço e dos regimes próprios de previdência social, julgue:

- 66** Em decorrência da baixa arrecadação das contribuições previdenciárias e dos elevados valores pagos a título de benefícios a seus segurados, o regime previdenciário próprio de um município do estado do Rio de Janeiro tem suportado um déficit previdenciário há alguns meses. Nessa situação, a gestão financeira do referido regime previdenciário não poderá reduzir os valores dos benefícios concedidos a seus segurados, ainda que essa redução seja limitada ao tempo em que o regime permanecer deficitário.

Com relação aos regimes próprios de previdência social, julgue o item que se segue.

- 67** O segurado empregado vinculado ao regime geral de previdência social que recebe salário superior ao teto máximo de contribuição estabelecido para esse regime não está obrigado a se filiar a regime complementar de previdência privada nem a contribuir para este.

Com relação aos regimes próprios de previdência social, julgue o item que se segue.

- 68** O servidor público com menos de 55 anos de idade aposentado por incapacidade permanente para o trabalho é obrigado a realizar avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições da doença que ensejou a aposentadoria.

Com relação aos regimes próprios de previdência social, julgue o item que se segue.

- 69** O valor da pensão por morte devido ao(s) dependente(s) de servidor público titular de cargo efetivo falecido no exercício do cargo não poderá ser superior a 50% do valor dos proventos recebidos por ele na data do seu óbito.

Acerca da contagem recíproca de tempo de serviço, custeio previdenciário e regime geral de previdência social (RGPS), julgue o próximo item.

- 70** Havendo contagem recíproca de tempo de serviço para efeito de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, esse benefício será concedido e pago pelo regime de previdência em que o segurado contenha o maior tempo de contribuição.

- 71** A Lei n. 8.213 de 24 de julho de 1991 estabelece que a Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. Em casos de acidente de trabalho com incapacidade temporária, o benefício é gerado após um período de afastamento ao trabalho de mais de 7 dias.

Lúcia, servidora da PGM/Manaus desde 1.º/1/1998, requereu a averbação dos períodos em que trabalhou em um escritório de advocacia — de 1.º/1/1992 a 31/12/1996 — e que exerceu a docência em rede de ensino privada — de 1.º/1/2002 a 31/12/2005 —, a fim de aumentar seu tempo de contribuição.

Considerando essa **situação hipotética**, julgue o item a seguir, relativo à contagem recíproca do tempo de contribuição.

- 72** É possível que o requerimento de Lúcia seja indeferido por completo sob o fundamento de inadmissibilidade, nas condições narradas, de contagem recíproca.

Considerando a legislação aplicável e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca do RGPS, julgue o item que se segue.

- 73** Para efeito da concessão de benefício previdenciário ao trabalhador rural, é suficiente a prova exclusivamente testemunhal

Julgue o próximo item, relativo à organização, aos princípios e ao custeio da seguridade social.

- 74** Constitui objetivo da seguridade social manter o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores e empregadores e do Estado.
- 75** De acordo com o art. 19 da Lei n. 8.213 de 24/07/1991, com redação dada pela Lei Complementar n. 150, de 1/6/2015, acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico, ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Para efeitos dessa Lei, equiparam-se também ao acidente do trabalho: o acidente ligado ao trabalho que tenha sido a causa única para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação.

Sobre o salário-de-contribuição, julgue os itens a seguir:

- 76** Para o empregado e segurado facultativo: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa;

Clemência, que trabalhou durante 10 (dez) anos como empregada registrada na fábrica de brinquedos “TOYS”, foi demitida e começou a trabalhar como autônoma há 6 (seis) anos, prestando serviços de manicure diretamente aos seus clientes. Durante esses anos de prestação de serviço como autônoma, Clemência jamais realizou qualquer contribuição previdenciária.

- 77** Considerando essa **situação hipotética**, Clemência é segurada obrigatória do RGPS.
- 78** Cristina foi casada em regime de comunhão total de bens com Ivanildo. O casamento durou 35 anos, não havendo dependentes ou outros herdeiros. Iranildo contribuiu ininterruptamente com a Previdência Social até completar os requisitos legais para a sua aposentadoria, o que ocorreu pouco após a realização do divórcio com Cristina. Quando do divórcio do casal, as partes renunciaram reciprocamente o direito aos alimentos. Após 5 (cinco) anos do divórcio, Iranildo sofreu um acidente vascular cerebral e veio a falecer, sem deixar testamento ou declaração de última vontade. Neste caso, Cristina não possui direito a algum benefício previdenciário pelo falecimento do seu ex-marido.

- 79** São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave. São também dependentes do segurado os pais, o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

Huguinho, Luizinho e Pedrinho são empregados da Empresa Céu Azul Embalagens Ltda. Huguinho afastou-se da empresa, pois foi incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar a partir de 01 de janeiro de 2019. Por sua vez, Luizinho, envolvido com más companhias, acabou por ser preso, afastando-se da empresa de 10 de setembro de 2018 a 01 de janeiro de 2019, quando foi libertado definitivamente do cárcere. Pedrinho, acometido de doença grave, encontra-se afastado em gozo de benefício previdenciário desde 01 de janeiro de 2019.

Considerando a legislação vigente:

- 80** Luizinho manterá sua condição de segurado independente de contribuição pelo prazo de 12 meses do seu livramento.

A aposentadoria especial, no Regime Geral de Previdência Social, é destinada às pessoas que exerçam atividade em condições especiais, isto é, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, bem como às pessoas com deficiência. Nos regimes próprios de previdência, o quadro normativo é distinto. A respeito da aposentadoria especial dos servidores públicos, julgue:

- 81** Embora a Constituição Federal admita, nos termos do art. 40, § 4º, a aposentadoria especial dos servidores públicos civis, o exercício desse benefício previdenciário não é possível até que seja editada Lei Complementar que evidencie os parâmetros necessários a tanto.

João, casado com Ana desde 10/1/2018, é segurado do regime geral de previdência social desde 1º/7/1989, na qualidade de contribuinte individual. Ele pretende solicitar ao INSS, em 1º/7/2019, dia do seu aniversário de cinquenta anos, sua aposentadoria por tempo de contribuição.

Considerando essa **situação hipotética** e as disposições legais vigentes acerca de direito previdenciário, julgue os itens que seguem.

- 82** Por ser um contribuinte individual, João é segurado facultativo da previdência social.

Acerca do financiamento dos RPPS e do RGPS, julgue o próximo item.

- 83** Os aposentados e pensionistas do RGPS deverão contribuir para o financiamento desse mesmo regime com proventos de seus respectivos benefícios, com a incidência da mesma alíquota aplicada aos segurados em atividade, desde que o valor de seus proventos supere o limite máximo estabelecido para o referido regime.
- 84** Sobre as verbas que não integram o salário de contribuição é correto afirmar que, dentre elas, temos a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo e nos limites de lei específica.

João, casado com A na desde 10/1/2018, é segurado do regime geral de previdência social desde 1º/7/1989, na qualidade de contribuinte individual. Ele pretende solicitar ao INSS, em 1º/7/2019, dia do seu aniversário de cinquenta anos, sua aposentadoria por tempo de contribuição.

Considerando essa **situação hipotética** e as disposições legais vigentes acerca de direito previdenciário, julgue os itens que seguem.

- 85** Considerando-se o tempo de casados de João e Ana, caso ele venha a falecer por qualquer motivo em junho de 2019, ela não terá direito à pensão por morte.

Maria solicitou à previdência social auxílio-acidente, não decorrente de acidente de trabalho, mas seu pedido foi indeferido sob o fundamento de que ela não teria cumprido o tempo de carência legalmente estabelecido. Seis anos depois do pedido, ela ingressou com uma ação previdenciária para o recebimento do referido benefício.

Considerando essa situação hipotética, à luz das normas vigentes acerca de direito previdenciário, julgue o próximo item.

- 86** Como a concessão de auxílio-acidente independe de tempo de carência, a decisão administrativa de indeferimento foi incorreta.

Uma instituição do terceiro setor realizou, em determinada comunidade carente de um município de médio porte, serviços essenciais gratuitos na área de cidadania, saúde e educação.

A seguir são apresentadas informações de alguns contribuintes da previdência social que participaram da ação em busca de orientações previdenciárias.

- I** – Josefa, cinquenta e um anos de idade, presta serviço em caráter não eventual, em propriedade rural e recebe por mês R\$ 1.200. Reside com o esposo Henrique, de cinquenta e quatro anos de idade e trabalhador informal na construção civil, com seu genitor José, de oitenta anos de idade, e com os dois filhos do casal, Miguel, de dezenove anos de idade e estudante, e Manoel, de vinte e três anos de idade, que está desempregado.
- II** – Cleber, quarenta e oito anos de idade, casado, tem três filhos e é empregado de uma sociedade anônima, na qual ocupa o cargo de diretor.
- III** – Maura, quarenta e cinco anos de idade, solteira, desenvolve atividade remunerada como síndica do prédio onde reside.
- IV** – Amélia, trinta e nove anos de idade, casada, sem filhos, presta serviço de natureza contínua, em atividades sem fins lucrativos, à família de Cleber.
- V** – Samuel, cinquenta e cinco anos de idade, solteiro, sem filhos, ministro de congregação religiosa.

Considerando essa **situação hipotética**, julgue o item que se segue, com base nas Leis n. 8.212/1991 e 8.213/1991.

- 87** Para fins previdenciários, no que tange à dependência econômica da família de Josefa, a dependência do seu genitor é presumida, ao passo que a do seu cônjuge deve ser comprovada.

Considerando o contexto histórico da Saúde no Brasil, julgue:

- 88** Com regulamentação através da Lei Elói Chaves, as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) concedia benefícios pecuniários, nas modalidades de aposentadorias e pensões, bem como na prestação de serviços do tipo de consultas médicas e fornecimento de medicamentos, se constituíram em embrião do Seguro Social, correspondendo ao primeiro período da história da Previdência brasileira.

- 89** É competência privativa da União legislar sobre previdência social, sendo, portanto, vedado aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre essa matéria.

- 90** A seguridade social caracteriza-se pela contribuição direta do beneficiário do seguro social, embora se admitam benefícios assistenciais como o seguro desemprego. O Seguro Desemprego tem natureza jurídica trabalhista e não previdenciária.

- 91 Situação hipotética:** Maria recebe proventos de aposentadoria de professora de determinada universidade federal. A administração verificou irregularidades na concessão da aposentadoria a Maria, que, sanadas, resultariam em redução do valor nominal por ela recebido. Assertiva: Nessa hipótese, conforme o entendimento do STF, não é possível a redução do valor nominal da aposentadoria de Maria, dado o princípio constitucional da irredutibilidade do valor do benefício.

Com relação a cálculo e reajuste da renda mensal dos benefícios do RGPS, julgue o seguinte item.

- 92** A norma constitucional estabelece que os benefícios do RGPS devem ser reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real. Em consonância com essa norma, o legislador ordinário estabeleceu que esses benefícios devem ser reajustados anualmente utilizando-se o mesmo índice de reajuste do salário-mínimo.

- 93** A renda mensal inicial (RMI) de um benefício é o valor que o segurado receberá inicialmente, podendo ser posteriormente reajustado, conforme prevê a legislação. As RMI são calculadas pela aplicação de determinado percentual sobre o salário-de-benefício para vários benefícios do RGPS. Considerando essa informação, julgue se a assertiva a seguir apresenta corretamente o benefício do RGPS e o respectivo percentual do salário-de-benefício correspondente à RMI desse benefício, conforme a Lei n. 8.213/1991. Aposentadoria por invalidez / 100%

Os benefícios concedidos pelo RGPS, segundo a CF, devem ser reajustados como forma de preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. A respeito do valor dos benefícios do RGPS, julgue o item a seguir.

- 94** Na data do reajustamento, o valor dos benefícios do RGPS não poderá exceder o limite máximo do salário-de-benefício, respeitados os direitos adquiridos, salvo no caso da aposentadoria por invalidez, quando o segurado necessitar da assistência permanente de outra pessoa, situação em que o valor será acrescido de 25%, ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo.

A renda mensal inicial (RMI) de um benefício é o valor que o segurado receberá inicialmente, podendo ser posteriormente reajustado, conforme prevê a legislação. As RMI são calculadas pela aplicação de determinado percentual sobre o salário-de-benefício para vários benefícios do RGPS. Considerando essa informação, julgue se a assertiva a seguir apresenta corretamente o benefício do RGPS e o respectivo percentual do salário-de-benefício correspondente à RMI desse benefício, conforme a Lei n. 8.213/1991.

- 95** Aposentadoria por idade e tempo de contribuição/ 100%
- 96** Acerca das novas regras aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social, podemos afirmar que no momento do cálculo do valor da aposentadoria, todos os salários-de-contribuição do segurado a partir de 07/1994 irão ser computados no cálculo. Além disso, para que um segurado do sexo masculino receba o valor integral do benefício, deverá contribuir por 40 anos.
- 97** Alice deseja requerer no Regime Geral de Previdência Social, de acordo com a regra geral, ou seja, aos 62 anos de idade e 15 anos de contribuição. Na análise do benefício de Alice verificou-se que ela possui o dobro do período mínimo de contribuição exigido. Podemos afirmar que Alice receberá o benefício no seu valor integral.
- A respeito do cálculo do valor dos benefícios, previsto no art. 29 da Lei n. 8.213/1991, julgue:
- 98** Não será considerado, para o cálculo do salário-de-benefício, o aumento dos salários-de-contribuição que exceder o limite legal, inclusive o voluntariamente concedido nos 36 meses imediatamente anteriores ao início do benefício, salvo se homologado pela Justiça do Trabalho, resultante de promoção regulada por normas gerais da empresa, admitida pela legislação do trabalho, de sentença normativa ou de reajustamento salarial obtido pela categoria respectiva.
- 99** A renda mensal inicial (RMI) de um benefício é o valor que o segurado receberá inicialmente, podendo ser posteriormente reajustado, conforme prevê a legislação. As RMI são calculadas pela aplicação de determinado percentual sobre o salário-de-benefício para vários benefícios do RGPS. Considerando essa informação, julgue se a assertiva a seguir apresenta corretamente o benefício do RGPS e o respectivo percentual do salário-de-benefício correspondente à RMI desse benefício, conforme a Lei 8.213/1991. Auxílio-doença / 50%.

100 A renda mensal inicial (RMI) de um benefício é o valor que o segurado receberá inicialmente, podendo ser posteriormente reajustado, conforme prevê a legislação. As RMI são calculadas pela aplicação de determinado percentual sobre o salário-de-benefício para vários benefícios do RGPS. Considerando essa informação, julgue se a assertiva a seguir apresenta corretamente o benefício do RGPS e o respectivo percentual do salário-de-benefício correspondente à RMI desse benefício, conforme a Lei n. 8.213/1991. Auxílio-acidente / 91%

101 Fernando é empregado de pessoa jurídica e, em virtude de enfermidade, ficou incapacitado para o seu trabalho por mais de quinze dias, passando a perceber, a partir do décimo sexto dia, o benefício previdenciário denominado auxílio-doença. Após dois meses, a perícia do INSS constatou que Fernando já estava apto para retornar às suas atividades, e determinou a cessação de seu benefício. Um mês após a cessação do referido benefício, Fernando, acometido pela mesma doença, ficou novamente impossibilitado para o trabalho. Nessa circunstância, a pessoa jurídica fica desobrigada ao pagamento relativo aos quinze primeiros dias de afastamento, prorrogando-se o benefício anterior.

102 Conforme a jurisprudência do STJ, no âmbito do RGPS, o termo inicial do auxílio-acidente será o dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença.

103 No âmbito do RGPS, o auxílio-acidente, concedido no dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, visa indenizar o segurado empregado cuja capacidade para o trabalho habitualmente exercido tenha sido reduzida após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza. Dado seu caráter indenizatório, esse benefício pode ser recebido conjuntamente com remuneração ou qualquer outro benefício do RGPS.

Considere a seguinte **situação hipotética**:

Davi, segurado da previdência social, após sofrer acidente, passou a receber auxílio-doença. Como as sequelas deixadas pelo acidente implicaram a redução da sua capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, Davi pleiteou o auxílio-acidente.

104 Nessa situação, o auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido por Davi.

105 Joaquim, segurado da previdência social, faleceu deixando apenas sua esposa Gabriela. Manoel, também segurado da previdência social, faleceu deixando apenas sua esposa Fábila. Considerando que Gabriela requereu o benefício previdenciário da pensão por morte no décimo sexto dia após óbito de Joaquim e Fábila o requereu no nonagésimo sexto dia do óbito de Manoel, a pensão por morte será devida a contar da data do óbito e da data do requerimento, respectivamente.

- 106** Joaquim faleceu. Deixou Gabriela, sua esposa de 55 anos, Tieta e Pedro, seus filhos de 15 e 20 anos, respectivamente. A pensão por morte que os três receberam monta em R\$ 1.100,00 para cada um. Pedro, solteiro, cursa o terceiro ano de Direito e está desempregado. Se essa situação permanecer, quando ele completar 21 anos, julgue: Pedro deixará de receber seu benefício, que será dividido em partes iguais entre Gabriela e Tieta.
- 107** De acordo com uma das regras de transição previstas para o RGPS na reforma previdenciária ocorrida em 2019, um segurado que estava, na data da entrada em vigor da EC 103/19, há 3 anos de se aposentar por tempo de contribuição, poderá cumprir um pedágio de 50% do período que faltava, conseguindo se aposentar com mais 4 anos e meio de contribuição.
- 108** Emanuel se formou no curso de medicina, aos 25 anos, em dezembro de 2019 e desde então começou a trabalhar como plantonista em um hospital particular em sua cidade, filiando-se ao RGPS na qualidade de segurado empregado. Nessas condições, podemos afirmar que Emanuel poderá se aposentar ao completar 35 anos de contribuição.
- 109** A prestação de benefícios e serviços da previdência social será garantida ao dependente, no caso do benefício de pensão por morte, desde a data do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesesseis) anos, ou em até 90 (noventa) dias após o óbito, para os demais dependentes.
- 110** Nos termos da legislação previdenciária em vigor, constituem obrigações da empresa a arrecadação, mediante desconto, e o recolhimento da contribuição do produtor rural pessoa física e do seguro especial incidente sobre a comercialização da produção, quando adquirir ou comercializar o produto rural recebido em consignação, somente nos casos em que essas operações tiverem sido realizadas diretamente com o produtor.

Seguridade Social (LOAS)

Ravan Leão

Acerca da Lei Orgânica da Assistência Social, julgue o item que se segue.

- 111** A assistência social, dentre outros, rege-se pelos seguintes princípios: supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue os itens a seguir, à luz da Lei n. 8.742/1993.

- 112** O CNAS tem caráter unitário: metade dos seus membros são representantes governamentais e a outra metade é composta por representantes da sociedade civil realizando o chamado controle social das ações da assistência social.
- 113** Compete ao MDS aprovar a PNAS, assim como convocar, ordinariamente, a cada 3 anos, a conferência nacional de seguridade social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

Acerca da Lei Orgânica da Assistência Social, julgue o item que se segue.

- 114** Para o enfrentamento a pobreza, a assistência social realiza-se de forma individualizada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para manter as contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

Acerca das entidades e organizações de Assistência Social, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social, julgue o item que se segue.

- 115** Os recursos de responsabilidade da União destinados ao financiamento dos benefícios de prestação continuada, poderão ser repassados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social diretamente ao INSS, órgão responsável pela sua execução e manutenção.

Acerca da Lei Orgânica da Assistência Social, julgue o item que se segue.

- 116** Na condição de acolhimento em entidade de longa permanência, é garantido ao idoso ou à pessoa com deficiência, alimentação, vestuário dentre outros direitos, e, segundo a LOAS, tal permanência não prejudica o idoso ou a pessoa com deficiência no recebimento do benefício de prestação continuada durante o período de acolhimento.

Acerca da Lei Orgânica da Assistência Social, julgue o item que se segue.

- 117** A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Acerca da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), julgue o item subsequente.

118 Observados os demais critérios de elegibilidade definidos na LOAS, terão direito ao benefício financeiro de que denominado benefício de prestação continuada, a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo

Conforme a Lei Orgânica da Assistência Social, no que tange ao BPC, julgue o item que se segue.

119 São requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do benefício as inscrições no: Registro Geral – RG e no Cadastro Único no programa bolsa família, conforme previsto em regulamento.

Conforme a Lei Orgânica da Assistência Social, julgue o item que se segue.

120 Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

App

GRAN QUESTÕES



SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

» E, com **mais de 1 milhão de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com mais de 340 mil questões comentadas pelos nossos professores para que você assimile melhor o conteúdo. E continuamos contando mais questões!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!

